

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO - ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE
ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL.

EDERSON FABIANO BARDELLIN
MAURO ROCHA DE MACEDO

CARLOS ALBERTO SANTA ROSA FILHO

RA 7320

**DIFICULDADE NA IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA
CIDADE DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS ENTRE 2.005 – 2.008.**

Santo André

2016

CARLOS ALBERTO SANTA ROSA FILHO

RA 7320

**DIFICULDADE NA IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA
CIDADE DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS ENTRE 2.005 E 2.008.**

Trabalho de conclusão de curso de especialização apresentado à Centro Universitário Fundação Santo André como requisito parcial para a obtenção do título de certificado de conclusão do curso de Especialização – Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil.

Tutora: Professora Maria Cristina Briani

Santo André

2016

1) Quais são os colegas que participam de sua equipe formada para elaboração do TCC?

Carlos Alberto Santa Rosa Filho, RA 7320

Ederson Fabiano Bardellin, RA 7312

Mauro Rocha de Macedo, RA 7325

2) Que Problema foi escolhido para sua elaboração?

Não implantação do Orçamento Participativo na cidade de Santa Cruz das Palmeiras no período de 2005/2008.

3) Que ator social, na opinião da equipe, é quem declara o problema?

Vereadores Petistas e dirigente gestor técnico.

4) Porque o problema selecionado é importante?

O Orçamento Participativo é uma das várias políticas que o PT defende, no entanto em diversos lugares existe uma dificuldade enorme do Partido em implantar o Orçamento Participativo quando chega ao governo e mantê-los quando sai do governo.

Escolhemos esse tema porque na Macrorregião de Mogiana, interior de São Paulo, onde o PT já governou algumas cidades, como neste caso Santa Cruz das Palmeiras do ano 2005 a 2008, nosso governo não obteve êxito em implantar o Orçamento Participativo e entendemos que a única forma de enfrentarmos a Direita, o Neoliberalismo, é com a participação popular, pois somente com transparência dos gastos públicos, “empoderamento” da população para com as informações, real participação ativa e cidadã nas decisões políticas do município é que poderemos mudar a correlação de forças na sociedade e implantar um governo progressista de esquerda que atenda aos anseios da população e principalmente as mais carentes.

A cidade citada é interiorana, prevalece muito ainda nos dias atuais o patrimonialismo e clientelismo, devido a todos se conhecerem e ter uma população relativamente conservadora, uma elite política de direita que comanda a cidade há vários anos, com uma imprensa parcial, que não se posiciona de forma ética e com ideias, mas sim por conveniência de interesses próprios com a política do grupo que está no poder, mantendo seus interesses econômicos e garantindo seus privilégios.

Com isso a mudança para um governo progressista e de esquerda, tem que ser feita com participação da população, por isso a importância do Orçamento Participativo, assim a população participa das decisões, passa a compreender melhor o funcionamento da máquina pública e ajuda a fazer o enfrentamento com essa elite política e os grupos que dominam as cidades há anos.

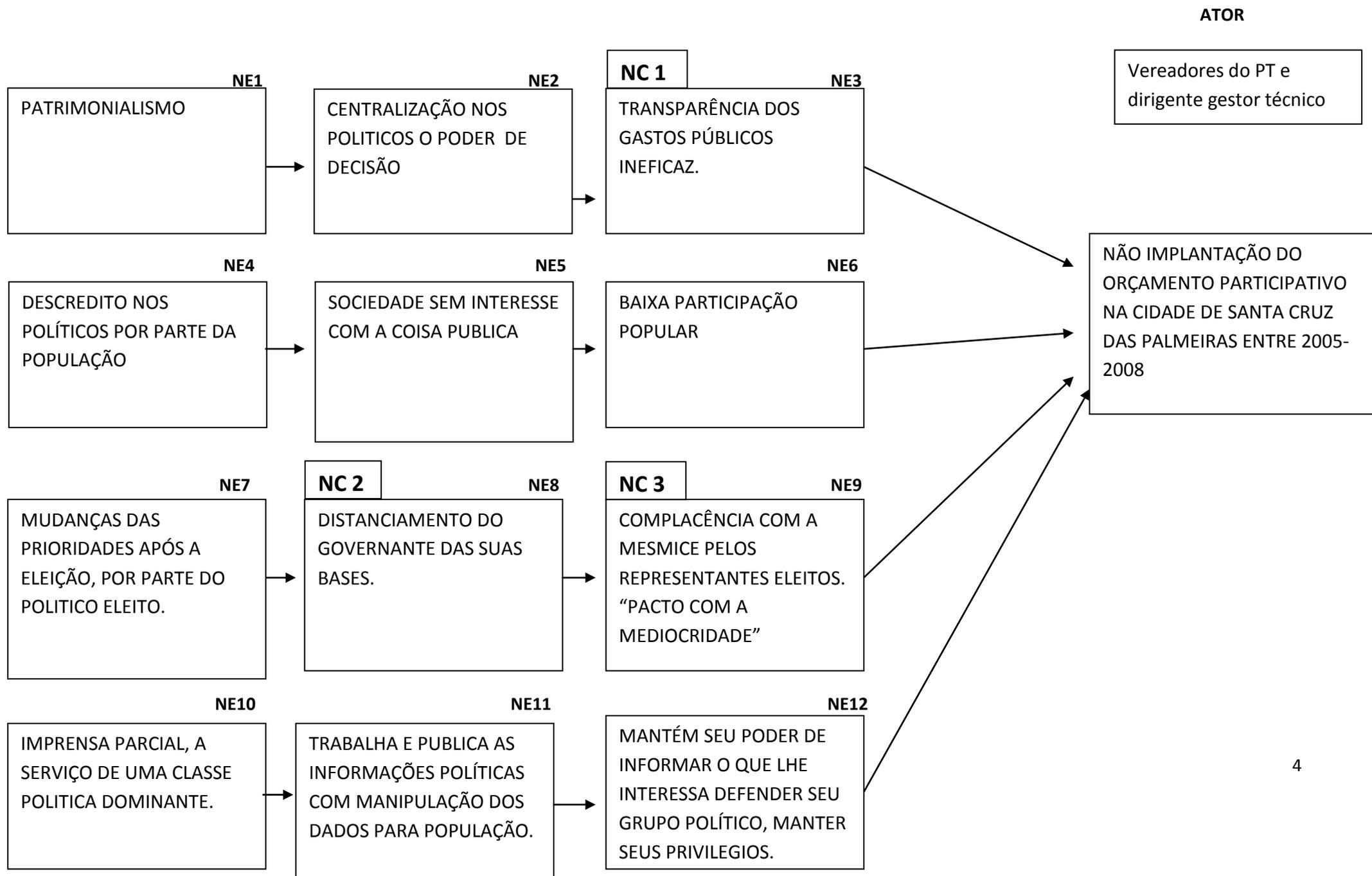
5) Apontar os principais efeitos e riscos políticos-administrativos, sociais ou econômicos que a existência e a continuidade do problema escolhido acarretam?

Os principais riscos são a continuidade do que acontece nos dias de hoje, um grupo dominante organizado comanda a cidade, usa a máquina pública para garantir seus interesses, a sociedade civil continua fora do debate sobre as políticas públicas, e o governo encurralado com grupo político principalmente no legislativo, que normalmente são clientelistas, usam a Prefeitura para se manter no poder e conseguir seus interesses particulares.

Se não implantarmos o Orçamento Participativo, não conseguiremos dar transparência na Administração, desde a confecção do Orçamento até a conclusão e efetivação da política pública, não conseguimos fazer o embate com essa classe dominante, que usa a imprensa para atuar contra governos populares, progressistas e de esquerda, a população continuará

fora das decisões importantes do município, e longe de conquistar da forma que ela deseja as políticas públicas.

- 6) Elaborar e apresentar uma primeira versão do fluxograma explicativo do problema, explicitando algumas causas e consequências do problema escolhido.**



NE 1 – PATRIMONILISMO – O patrimonialismo ainda é muito presente na sociedade, inclusive em grande parte dos políticos brasileiros.

Isso vem dificultando a implantação de um pensamento coletivo, onde as pessoas deixem o privado para segundo plano e pensem na construção de uma sociedade mais justa e humana, em detrimento da sua situação particular, onde temos a particularização de todas as decisões sempre em benefício próprio.

Considerando a problemática do caso, onde uma cidade com aproximadamente 30 mil habitantes onde quase todos se conhecem, essa questão fica mais evidente, onde poucos estão dispostos a fazer algo coletivamente, tentam minimizar conflitos, principalmente com a elite da cidade.

O que se procura na verdade é explorar o máximo possível do clientelismo, praticado pelos políticos e governantes para ter benefícios próprios e tentar resolver os problemas de forma individual e tendenciosa, sem a participação da sociedade, que normalmente se omite na fiscalização da ação dos poderes constituídos.

NE 2 – CENTRALIZAÇÃO NOS POLÍTICOS O PODER DE DECISÃO

– Devido ao desinteresse da sociedade em participar da vida política da cidade, as decisões normalmente são tomadas a quatro paredes pelos representantes eleitos que compõem a cúpula

Com a centralização de poder do executivo sobre as decisões, e o número reduzido de nove vereadores, fica fácil o enquadramento de uma armadilha do governo e muitas dificuldades para fiscalizar e legislar.

NE 3 – NC 1 – TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PUBLICOS

INEFICAZ – Apesar do esforço para a elaboração de dados e implantação de um Orçamento Público transparente, o êxito do governo não aconteceu, primeiro porque a máquina pública era totalmente arcaica, nada interligado, tudo realizado manualmente.

O governo levou 2 anos para conseguir começar a ter um banco de dados para ser usado como informação pública de interesse administrativo e público; a sociedade acostumada a ficar de fora e longe do debate, continuava pouco interessada principalmente em participação das prestações de contas.

A falta de participação da sociedade nas audiências públicas de prestação de contas, nas audiências públicas da elaboração da LOA, PPA e cumprimento da LDO, encorajaram ainda mais esses políticos que acharam/pensaram que podiam usurpar do poder concedido nas eleições para eles e pressionar o legislativo a realizar as aprovações para ações de acordo com suas vontades e não atender as políticas que representam o conjunto da sociedade.

A população manteve a distancia acompanhando as notícias pelo jornal local que fazia na época mais oposição do que a classe política, conseguindo o jornal então desqualificar as políticas implantadas.

Dessa forma infelizmente mesmo com publicação de jornal próprio do governo, propaganda nas rádios, realização de várias audiências públicas de prestação de contas, de orçamento, de realização de planos e projetos para cidade, mesmo com várias ações fomentadoras da participação cidadã, ela sempre apresentou-se baixa e não conseguimos estimular a população a se interessar na participação da

administração pública e participar destes canais que o governo implantou.

NE 4 – DESCREDITO NOS POLÍTICOS POR PARTE DA POPULAÇÃO – Esse é um fato que temos constatado tanto nas grandes metrópoles quanto em cidade pequenas e/ou interioranas as pessoas votam confiando na imagem, na figura do político por amizade afinidade ou indicação de parentes e amigos.

Confiando que o representante vai resolver os problemas quando chegar ao poder; ledo engano, pois esses quando por fim conseguem chegar ao poder, quando não se adequam aos interesses dos que detém as manipulações/conchavos, não conseguem desenvolver seus projetos por falta de apoio/aprovação e com isso decepcionam além de seus eleitores e a própria população geral, uma vez que suas práticas e ações (ou falta) são sentidas por todos.

Em Santa Cruz das Palmeiras não foi diferente, tivemos um novato na política que se elegeu com quase setenta por cento dos votos, com muitas ações de avanço, porém a oposição junto com a imprensa local, o perseguiram e falaram muito mal dele, tanto que o fato acabou por inviabilizar ate sua reeleição.

NE 5 -- SOCIEDADE SEM INTERESSE COM A COISA PUBLICA -

Históricos de governos de “Coronéis” e patrimonialistas que antecederam o governo do PT, dificultou a participação popular, com um clientelismo muito forte realizado pelos vereadores usando a máquina publica para atender seus “currais eleitorais”.

A população acostumada a resolver seus problemas no privado, não participa das decisões coletivas, como discussão dos planos diretores,

PPA (Plano Pluri Anual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentarias) e LOA (Lei Orçamentaria Anual).

O governo com uma comunicação ruim não rompe esse modelo de atuar da sociedade, mesmo com algumas ações como jornal próprio não consegue mudar esse comportamento, o partido distante do governo não fomenta a participação popular, a imprensa como sempre faz seu papel de desconstruir o governo distorcendo as ações governamentais.

A falta de estruturas e ferramentas de transparência e divulgação das ações e políticas públicas contribui de forma muito negativa gerando assim uma cultura de não participação, centralizando as decisões no executivo e legislativo deixando a sociedade à margem das decisões políticas e com isso gerando as possibilidades de acordos espúrios, um caso típico que resulta em outro nó explicativo que elegemos como nó crítico que é o pacto com da mediocridade.

NE 6 – BAIXA PARTICIPAÇÃO POPULAR – O lastimável histórico conhecido não ajuda, a população não quer e não gosta de participar e prefere ficar fora da participação com a política, resquícios do medo da Ditadura.

Com nossa relativamente nova democracia a população necessita a aprender, ser incentivada a tomar os espaços de discussão das políticas públicas e decidir o próprio futuro.

Mas a participação se dava mais pelos cargos de confiança e os indicados do prefeito nos conselhos que normalmente eram esvaziados de participação pela sociedade civil.

O fato do prefeito não conseguir implantar o que fora prometido em campanha gerou o descredito da população e foi acentuado pela forte oposição principalmente da mídia que atacava o governo

semanalmente, jogando assim o apoio dos partidos aliados na oposição.

O PT municipal não colaborou com a mobilização da sociedade civil e movimentos sociais e ficou perdendo tempo em criticar o governo e ficar questionando as ações implementadas.

NE 7 – MUDANÇAS DAS PRIORIDADES APÓS A ELEIÇÃO, POR PARTE DO POLITICO ELEITO- Essa mudança dá-se geralmente pelo contato do eleito com as percepções das dificuldades de implementações do que era defendido em campanha eleitoral, das ações que pudessem ser motivadoras da conquista do apoio e voto.

As propostas geralmente são de serviços realmente necessários e que resultariam em melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas.

A fala é uma pratica muito simples de se fazer, comparando-se com a real e complexa ação de atividades que resultem na conquista do que foi proposto.

Pessoas sem conhecimentos práticos e por vezes também teóricos, que também não conseguem se manter firmes, verdadeiramente comprometidos e abandonam suas causas, partem para ações mais fáceis, gerando descrédito e descontentamento na população.

NE 8 – NC 2 - DISTANCIAMENTO DO GOVERNANTE DAS SUAS

BASES – Erro estratégico e tático do governo na época, pois implantaram uma ideologia como que “governo é governo e partido é partido”, causando uma divisão entre governo e partido.

Aconteceu que alguns dos companheiros de partido mais atuantes foram compor o governo, se ocuparam com os afazeres da maquina

publica e abandonaram a parte política, com uma oposição forte e ainda o próprio diretório do PT haver “entrado na onda,” com o conhecido fogo amigo, começou a atacar o governo em várias questões administrativas, daí virou um caos total.

Reuniões não produtivas, convocação do prefeito para explicações, acirramento das diferenças internas e mais ainda distanciamento do povo.

A campanha que havia sido um sucesso com reuniões nas casas de lideranças, sempre com bastantes pessoas, não tiveram mais o mesmo êxito.

As audiências foram esvaziadas, o apoio político dos outros partidos se dissipou em meses.

A falta de articulação política foi um erro, tanto do PT quanto do governo, mas principalmente do governo, as diferenças internas sobrepuseram o interesse público; assim, podemos afirmar que a administração e PT morreram juntos e abraçados com a perda do governo, a decepção da população em ter eleito um representante que não conseguiu realizar ações defendidas em campanha.

Contudo o principal erro foi haver se distanciado das bases e principalmente do PT, sem o apoio do partido dificilmente conseguiria mobilizar a população para discussão de políticas para cidade.

O governo tem seus limites e tem que ser republicano, não pode entrar em confronto com a sociedade, a parte política ficou a desejar apesar de um governo que colocou ordem nas finanças e administrativamente melhor em êxito que os antecessores e mesmo com tais resultados não conseguiram transformar isso em apoio político da população.

NE 9 – NC 3 - COMPLACÊNCIA COM A MESMICE PELOS REPRESENTANTES ELEITOS. “PACTO COM A MÈDIOCRIDADE” –

Os discursos e falas acaloradas de inconformidade com más práticas, com a indignação dos casos descobertos de corrupção, discursos de incentivo a honestidade, boa conduta ética e moral, imparcialidade no direito do bem comum, é um discurso que encanta e “seduz”, pois todos nos indignamos com os casos de corrupção tão massificados pela imprensa, principalmente com os políticos de partidos que não esteja nas graças das mídias ou dos eleitos por elas como desafetos.

Frequentemente tomamos conhecimento ou até vivenciamos e convivemos com políticos eleitos ou nomeados que ao ter contato com o poder e as possibilidades de vantagens e lucros tão sedutoras, fazem essas pessoas aos poucos irem cedendo e participando mesmo que aos poucos e gradativamente (inicialmente) ao fluxo, ao curso das práticas que antes condenavam; daí está estabelecido o Pacto da Mediocridade que por vezes pode até não existirem práticas ilegais, mas sim imorais. Essa prática, esse pacto é também um dos principais fatores de alienação popular, distanciamento e descrédito com a coisa pública.

O educador, pedagogo e filósofo Paulo Freire, que muito nos honra haver sido um membro do partido dos trabalhadores, foi exemplo mui digno na sua vida de práticas desenvolvidas sempre com exímia competência e dedicação; tornando-se uma referência que enobrece, dá dignidade e honra aos que decidem/optam por seguir como exemplo; dentre suas frases, textos e lições impactantes, citamos:

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”

A mediocridade, assim como as virtudes podem estar nos mais variados lugares e esferas da sociedade; por mais que estejamos numa jornada de crescimento e evolução (conscientes ou

inconscientes) é necessário o exercício e o firme propósito de abandonar, superar e dominar a mesquinhez, a miséria e as más práticas; pois há os que conseguem sair dos meios acentuados de mesquinhez, misérias e más práticas, contudo essas não saem deles... Por que não são sentimentos e comportamentos autodidatas e evolutivos compulsivos.

Faz-se fundamental o exercício e exame de consciência, auto policiamento e observância constante para não incorrer no pacto com a mediocridade.

Ou então é necessário darmos e recebermos ajudas externas através das sanções cabíveis.

A interligação é que após a eleição ao se distanciar das bases e sentir dificuldades de realização de projetos antes defendidos, mais as tentações tão sedutoras de lucros fáceis, o mal político se enquadra e sede as pressões e tentações do sistema.

Esquecendo ou abandonando suas bases, muda ou abandona também os projetos que o fizera vitorioso, acaba que fazendo distorções na missão, com poucos enfrentamentos a classe política atrasada, não consegue fazer a mudança na sociedade com o foco de atingir as principais bandeiras e propostas da campanha e OP.

NE 10 - IMPRENSA PARCIAL, A SERVIÇO DE UMA CLASSE POLITICA DOMINANTE- É lamentável o que presenciamos diuturnamente sobre como as mídias, jornais, rádios tem direcionado a influência sobre as pessoas, a sociedade, sejam os grandes veículos de comunicação como canais de televisão das grandes metrópoles ou jornal impresso gráficos, rádios, redes sociais e sites.

O jornal “Gazeta Palmeirense” que é impresso e divulgado semanalmente; assume defesa e divulgação dos interesses da classe

política dominante, além de perseguirem e procurarem enfraquecer os políticos de que estão no governo; se tornando a voz que vibra em prol das mudanças propostas pelo governo que acirram as disputas de classes antagônicas.

Isso é o que infelizmente acontece quando existe uma classe dominante que deseja manter seus benefícios, porém sem querer aparecer, patrocinam o jornal, para fazer o que não têm coragem de fazer, assim a manipulação das informações na cidade acontece semanalmente, como uma tentativa de manipulação dos dados com total ataque ao governo e também ao PT, como forma de tirar as atenções da administração local, principalmente no começo do governo tentando assim desestabilizar a implantação das promessas de campanha e camuflar o abandono das tais propostas e promessas por parte dos parceiros.

O governo com pouca criatividade na assessoria de comunicação, sem canal de comunicação adequado não consegue fazer o contraponto, mesmo porque as mídias sociais não estavam fortes como hoje na alternativa de comunicação para os governos, e o partido não consegue se quer fazer um panfleto para divergir da mídia local e comunicar com a sociedade.

NE 11 - TRABALHA E PUBLICA AS INFORMAÇÕES POLÍTICAS COM MANIPULAÇÃO DOS DADOS PARA POPULAÇÃO - Como a mídia/imprensa tem um grande viés econômico, e infelizmente faz pratica corriqueira da parcialidade, até porque se a informação for colocada de forma honesta e imparcial com certeza haverá uma reação da classe dominante que não aceita a publicação de algo que vá contrário aos seus interesses, é usual a pauta ser manipulada.

A mídia pautar as decisões políticas e potencializa o confronto para ter matérias jornalísticas, deixa de lado ou em segundo plano a questão da

ética e passa a ser comandada pela orientação ideológica dos seus patrocinadores, na tentativa de formar uma opinião contrária ao pensamento progressista de esquerda e até porque o nosso modo de pensar e agir é muito complicado para essas pessoas que sempre detiveram o poder das informações e trabalham conforme um conceito distorcido, pré-concebido na época da ditadura militar, além de seus interesses econômicos ou político.

O acirramento da questão de ideias é natural numa democracia, porém a desvantagem está no poder que os meios de comunicações têm, e usam como querem por não ter uma disciplina, um controle da forma ao menos ética, moral e legal de usar esses dados para com a população.

Isso acontece em Santa Cruz das Palmeiras e por isso que não houve apoio a nossas políticas de esquerda, de transparência dos dados e participação popular, porque é interesse da imprensa local ter acesso aos dados e mostrar para população somente o que lhe interessa e não todas as informações sobre a Administração Pública, o governo não conseguiu construir uma alternativa de comunicação capaz de mostrar a sociedade a importância da política de transparência das informações como algo agregador e importante para a vida dos cidadãos.

Assim, a missão de incentivar e “empoderar” a população de informações públicas e conhecimento de como participar das decisões políticas da cidade não tarefa fácil devido ao próprio desinteresse popular e manipulações da classe dominante que sempre teve nos acordos desonestos, ilícitos e fraudulentos a manutenção dos seus benefícios.

NE 12 - MANTÉM SEU PODER DE INFORMAR O QUE LHE INTERESSA DEFENDER SEU GRUPO POLÍTICO, MANTER SEUS PRIVILEGIOS – É uma questão de sobrevivência das mídias e da imprensa gráfica manter o poder de informar a população, com acordos nas classes políticas de interesses próprios para a sobrevivência do sistema como é hoje.

Difícilmente existirá o interesse de transparência total dos dados com acesso a população porque assim a população poderá formar sua opinião sem os trabalhos manipulados dos dados, sem o direcionamento da informação e isso não interessa jamais a classe dominante, como ela é quem financia a mídia e a imprensa, faz de tudo para que a centralização das informações seja mantida e a participação da sociedade seja cerceada/dominada.

Assim manter o poder de corromper as informações públicas, manter a cultura do patrimonialismo e clientelismo, tão presente na cultura da sociedade brasileira; potencializada por ser uma cidade interiorana onde quase todos os cidadãos se conhecem.

A não implantação do OP em Santa Cruz das Palmeiras aconteceu também por isso, não foi pauta da imprensa local essa política pública, é lógico que isso aconteceria, o governo não conseguiu sensibilizar a população sobre esse mecanismo de decisão, o PT municipal não fez nada para ajudar o governo a implantar o OP.

As mídias e imprensa, hoje agem conforme a orientação das classes dominantes que lhes financiam, como o capitalismo prega o lucro pelo lucro a qualquer custo, isso virou um grande comércio, onde o consumo das informações da sociedade é atividade mercantil e muitos ganham dinheiro com esse “negócio”.

Orçamento Participativo não é interesse da classe dominante, principalmente da imprensa porque a participação popular geraria

novas formas de participação e visão sobre as muitas informações públicas sem a manipulação dos dados.

Essa ação política desencadearia o interesse da população em saber como está sendo administrada a cidade, gerando normalmente novas ideias e novas lideranças, ocupando espaços até então dominado por essa classe política dominante.

7) Identificar e escolher 3 Nós Explicativos (Causas) como Nós Críticos. Justifique suas escolhas

NC1 Transparência dos Gastos Públicos Ineficaz.

A importância que a transparência tem para o entendimento da população de como está sendo geridos os recursos públicos, onde e como está sendo gasto, assim esclarecer a população sobre o destino das verbas no uso de políticas públicas, e educar a sociedade a participar da decisão, conscientizar sobre identificar prioridades, bem como saber e como ela deseja e prioriza as políticas públicas.

Tem caráter educativo, dá entendimento sobre o funcionamento dos gastos fixos de manutenção da máquina e dos investimentos que poderão ser realizados na cidade, respeitando e cumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentária LDO.

Fomentar a desburocratização da máquina pública, tornando as informações mais acessíveis e compreensíveis pela população.

NC2 Distanciamento do governante das suas bases,

Identificamos esse nó crítico porque em Santa Cruz das Palmeiras, o Prefeito eleito era recém-filiado no partido e apesar da identificação com o partido não tinha raízes e nem formação política realizada pelo PT.

Com esse quadro ficou difícil cobrar dele posturas e defesas de bandeiras históricas como Orçamento Participativo, apesar que durante campanha fez uso insistentemente de vídeos partidários, realizado bastante propaganda sobre o OP.

Infelizmente depois de eleito e com auxílio do ex-presidente do partido que foi para o governo como assessor; implantaram uma ideologia própria, dizendo que partido é partido e governo é governo como sendo distintos e antagônicos, acabaram abandonando as bases e desistindo da implantação do Orçamento Participativo na cidade, inclusive de outras bandeiras defendidas pelo PT.

O Diretório ao invés de se impor, com a comissão de ética, cobrando atitudes e exigindo posturas para com o governo, acabou virando mais um partido de fogo amigo que fazia mais cobranças que a própria oposição, também não assume o compromisso de mobilizar a população para o cumprimento total do O.P.

NC3 Complacência com a mesmice pelos representantes eleitos. “Pacto com a mediocridade”, Pacto da Mediocridade consiste na prática realizada por representantes eleitos ou indicados aos cargos de confiança.

Consiste em ato de fazer uso de discurso apaixonados de condenação à corrupção, discursos carregados de retórica, passando uma mensagem, uma imagem de ser moralista, ético, responsável, imparcial e decente...

Contudo, após receber o depósito da confiança em sua missão (uma vez que não existe profissão de eleitos e indicados, mas sim missão) em algum momento abandonam os propósitos pregados,

defendidos e passam a realizar as mesmas práticas que condenavam ou ainda condenam teoricamente da boca para fora.

Isso não aconteceu em tanta profundidade no governo em Santa Cruz das Palmeiras, conforme relatado, o governo apesar de não ter feito acordos espúrios com as elites políticas do município, também não inovou na questão das bandeiras partidárias do PT e foi rebelde em abandonar as bases.

Transparências dos gastos públicos, implantação do orçamento participativo, igualdade racial e combate ao racismo, implantação de cotas, programas de qualificação profissional são programas de base do PT e não foram implementados.

O prefeito foi para o governo, tomou a liberdade de implantar sua política sem a participação efetiva do Diretório do PT e os poucos companheiros que assumiram cargos se aprofundaram na máquina pública, abandonando o Diretório, esquecendo-se das bandeiras do partido e não acatando decisões partidárias.

Assim, tudo de ruim que o governo fazia era culpa do PT Municipal, e as glórias ficaram para o ex-Prefeito, o que fez com que o Partido saísse da sua primeira administração muito “queimado” descreditoado junto à população.

Contudo há ainda uma opinião exclusiva do companheiro Mauro Rocha, que afirma perceber e sentir tal prática por várias cidades e no governo federal; o companheiro de Mauá diz que essa é uma prática que muito tem desmoralizado a idoneidade do partido e vem minando a confiança popular, principalmente com a falta de rigor e punição severa e exemplar por parte da comissão de ética partidária para com os representantes eleitos ou nomeados pelo PT.

Defende ainda que os artigos: 312 ao 327, compreendidos no Código Penal Brasileiro, sejam amplamente divulgados e estritamente conhecidos por todo e qualquer servidor publico de forma a não poder ser alegado ignorância dos mesmos no desempenho dos trabalhos; para que condutas criminosas seja responsabilizadas nos rigores da lei.

Bem como e divulgação e implementação da relativamente recente Lei de Acesso a Informação: LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

8) Árvore de Problemas

A 2.1. Exigir qualificação intelectual e moral alinhadas com as bandeiras partidárias, assim como estrito cumprimento.

A 2.2. Incluir no regimento e estatuto o compromisso irrevogável de praticar o cumprimento dos compromissos firmados em campanha.

NC 2

DISTANCIAMENTO DO GOVERNANTE DAS SUAS BASES

DIFICULDADE DE IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA PREFEITURA GOVERNADA PELO PT EM SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS/SP DE 2005 A 2008

NC 1

NÃO TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS

NC 3

COMPLACÊNCIA COM A MESMICE PELOS REPRESENTANTES ELEITOS. "PACTO COM A MEDIOCRIDADE"

A 1.1. Exigir o cumprimento fidedigno e total da lei de Acesso à Informação.

A 1.2. Desenvolver e aplicar metodologias diversas de divulgação das informações.

A 3.1. Fortalecer a formação política de candidatos à filiados, inibindo de aventureiros sem compromissos ideológicos de esquerda.

A 3.2 Fiscalizar ações e tomar providência com uma comissão de ética realmente ativa, rígida e soberana.

9) Painel A – Nós Críticos e Ações para Solucionar

	Ações	Resultados das ações
<p>NC 1 - TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS INEFICAZ.</p>	<p>A 1.1- Exigir dos agentes públicos de plantão o cumprimento da lei de acesso à informação, assumindo compromisso com a transparência dos gastos públicos.</p> <p>A 1.2- Fazer junto ao governo uma ação efetiva em busca da transparência dos gastos, como um direito do cidadão e não um privilégio de alguns governos.</p>	<p>1) Melhoria da imagem do Governo e do Partido que não temem mostrar onde está aplicando os recursos públicos, a possibilidade de intervenção dos cidadãos na fiscalização das políticas públicas.</p> <p>2) Educar a população de como funciona a máquina pública, onde estão os gastos seja fixos ou investimento, despertando o interesse da população em participar das decisões políticas através do acesso a informação pública.</p>
<p>NC 2 - Distanciamento do governante das suas bases</p>	<p>A 2.1- Não permitir a entrada de aventureiros no partido, fortalecendo a formação política dos de candidatos ao ingresso, como forma para evitarmos e inibirmos problemas, desgastes e constrangimentos futuros.</p> <p>A 2.2- Colocar no Regimento ou Estatuto que o eleito será obrigado a cumprir ORÇAMENTO PARTICIPATIVO como a principal bandeira do seu plano de governo.</p>	<p>1) Melhoria da relação do Diretório com os filiados, fortalecimento das lideranças, alinhamento de pensamento político a uma ideologia partidária, e formar uma marca ou uma identidade junto a sociedade e cidadãos de Santa Cruz das Palmeiras.</p> <p>2) Temor por parte do eleito, porque em caso de não cumprimento, pode ser processado e expulso do Partido, assim o Diretório fica mais forte junto a população, destituindo do poder quem não assume compromissos partidários.</p>

<p>NC 3 - COMPLACÊNCIA COM A MESMICE PELOS REPRESENTANTES ELEITOS. “PACTO COM A MEDIOCRIDADE.”</p>	<p>A 3.1- Exigir do candidato Petista um documento junto ao Diretório, assumindo compromisso com a transparência dos gastos públicos e as bandeiras do PT.</p> <p>A 3.2- Embasar decisões políticas programáticas, com a implementação de políticas progressistas, sociais, de esquerda já no plano de governo e exigir cumprimentos.</p> <p>A 3.3- Fiscalizar ações e tomar providência com uma comissão de ética realmente ativa, ética, imparcial rígida e soberana.</p>	<p>1) Melhorar da relação do Diretório do PT Municipal com a administração, já que fica documentado o compromisso do cidadão eleito na implantação de políticas assumidas junto ao Diretório.</p> <p>2) Fortalecer as bandeiras defendidas pelo Partido junto a sociedade, diminuir a incidência de entrada de políticos não alinhados à nossas ideologias e programas, estabelecer critérios rígidos de coligações com seguimentos da sociedade, conquistando-os e convencendo sobre nossa maneira mais justa e transparente de administrar.</p> <p>3) Moralizar condutas e reconquistar a confiança popular.</p>
---	---	--

Painel B - Plano de Ação

NC .. : Nó Critico 1 - A TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS INEFICAZ

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 1.1- Exigir dos agentes públicos de plantão o cumprimento da lei de acesso a informação, assumindo compromisso com a transparência dos gastos públicos.</p>	<p>1.1.1- Exigência de constar no plano de governo do candidato petista a criação, e também depois de eleito a melhoria ou criação do setor de comunicação, com instrumentos básicos para um bom funcionamento.</p> <p>1.1.2- Divulgar a Lei de acesso a informação e seus instrumentos e mecanismos para os cidadãos.</p> <p>1.1.3- Cobrar os eleitos o cumprimento da Lei de Acesso a Informação, seja politicamente ou se necessário via judicial, para criar uma cultura de acessibilidade da informação pública como direito da população, inclusive com leis municipais e políticas de acesso fácil aos dados.</p>	<p>1 Recursos humanos na elaboração do Plano e execução da política pública, e mobilização da sociedade.</p> <p>2 Recursos Financeiros para custos de informatização e materiais de divulgação..</p> <p>3 Espaços Físicos adequado e estrutura como equipamentos de filmagens, fotos e confecção de materiais de propaganda</p>	<p>Antes da eleição os planos. 1º ano de governo ter tudo estruturado</p>	<p>No plano de governo o responsável pela elaboração do plano de governo.</p> <p>Eleito o Secretário e ou dirigente que assumir a comunicação.</p>

<p>A 1.2- Fazer junto ao governo uma ação efetiva em busca da transparência dos gastos, como um direito do cidadão e não um privilégio de alguns governos.</p>	<p>1.2.1- Propaganda e campanhas em massa da divulgação dos dados, de maneira acessível e compreensível pela população. 1.2.2- Colocar valor político nas informações, valorizar os acessos os cidadãos participativos, criar uma marca de população bem informada não se deixa ser enganada. 1.2.3- Criar uma equipe multidisciplinar para tabular as informações e melhorar a transparência das ações do governo para população e também para os colaboradores da Prefeitura.</p>	<p>1 Recursos Humanos para criação e confecção das campanhas. 2 Recursos Financeiros para confecção do material das campanhas.</p>	<p>Nos 4 anos de governo</p>	<p>Secretário de Comunicação e Finanças</p>
--	---	--	------------------------------	---

NC .. : Nó Crítico 2 – DISTANCIAMENTO DO GOVERNANTE DAS SUAS BASES.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 2.1- Não permitir a entrada de aventureiros no partido, fortalecendo a formação política de candidatos ao ingresso, como forma para evitarmos e inibirmos problemas e constrangimentos futuros.</p>	<p>2.1.1- Colocar no Plano de Governo as bandeiras do PT, exigir na carta de compromisso partidário essa exigência de compromisso com as bandeiras partidárias. 2.1.2- Construir junto com o candidato a importância do cumprimento das promessas assumidas junto a população, com a inclusão destas políticas no Orçamento do Município e realização das políticas e cumprir o Orçamento proposto que as vezes não acontece.</p>	<p>1 Recursos Humanos de apoio a elaboração das teses. 2 Recursos Financeiros publicação. 3) Espaços Físicos para reuniões e realização dos cursos</p>	<p>1 ano antes da eleição para candidatos. Sempre que tiver simpatizantes oferecer os cursos.</p>	<p>Secretário de formação política do Diretório</p>

<p>A 2.2-Colocar no Regimento ou Estatuto que o eleito será obrigado a cumprir</p> <p>ORÇAMENTO PARTICIPATIVO</p> <p>como a principal bandeira do seu plano de governo.</p>	<p>2.2.1- Redigir a norma no Regimento Interno, cartas de compromissos, que fique documentado o dever de efetivar o Orçamento Participativo.</p> <p>2.2.2- Plano de Governo voltado a participação popular, deixar explícito a implantação e os mecanismos de participação, com criação de leis e formas do povo participar.</p> <p>2.2.3 Fazer Orçamento Participativo com as finanças do Partido, como treinamento</p>	<p>1 Recursos Humanos na confecção do Regimento e Plano de Governo.</p> <p>2 Recursos Financeiros para realização das reuniões e publicidade</p> <p>Regimento Interno e do Plano de Governo</p>	<p>1 ano antes da eleição os compromissos</p> <p>3 meses para implantação do OP na cidade já no primeiro ano de governo.</p> <p>O P no PT sempre.</p>	<p>Diretório municipal na questão das normas do PT.</p> <p>Secretários de Governo na coordenados pelo Secretário de Planejamento na elaboração do OP.</p>
--	--	---	---	---

NC .. : Nó Crítico 3 COMPLACÊNCIA COM A MESMICE PELOS REPRESENTANTES ELEITOS. “PACTO COM A MEDIOCRIDADE.”

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
<p>A 3.1- Exigir do candidato Petista um documento junto ao Diretório, assumindo compromisso com a transparência dos gastos públicos e as bandeiras do PT.</p>	<p>3.1.1 Ação partidária de confecção de cartas de compromisso com o cumprimento da Lei de acesso a informação. 3.1.2 Elaboração de materiais propaganda e mobilização junto a população com os compromissos assumidos pelo candidato petista junto aos filiados do partido. 3.1.3 Exigir do governo eleito a criação de leis que facilitem o acesso e a compreensão dos dados públicos.</p>	<p>1 Recursos Humanos para confecção do material. 2 Recursos Financeiros para realização das campanhas de publicidade sobre o acesso a informação para população.</p>	<p>Antes da homologação da candidatura na convenção partidária. Sempre mobilizar a população sobre a importância do acesso as informações.</p>	<p>Dirigentes petistas, e militantes do partido</p>

<p>A 3.2- Embasar decisões políticas programáticas, com a implementação de políticas progressistas, sociais, de esquerda já no plano de governo e exigir cumprimentos.</p>	<p>3.2.1- Elaboração de plano de governo com participação dos filiados e discussão sobre as políticas a serem assumidas em campanha. 3.2.2- Fazer acordos preferencialmente com partidos de esquerda ou identificar pessoas que compartilhem dos nossos ideais. 3.2.3- Mobilizar os movimentos sociais e sociedade civil a participar da discussão do plano de governo.</p>	<p>1 Recursos Humanos para reuniões com filiados. 2 Recursos Financeiros para realização das reuniões e publicidade e reuniões com outros partidos, movimentos sociais e sociedade.</p>	<p>6 meses antes da eleição</p>	<p>Diretório ou setorial de plano de governo.</p>
<p>A 3.3- Fiscalizar ações e tomar providência com uma comissão de ética realmente ativa, rígida e soberana.</p>	<p>3.2.1- Criar comissão de acompanhamento do governo Petista, e cumprimento do plano de governo. 3.2.2- Proibir a implantação da ideologia que governo é governo e partido é partido, usando os meios legais para participação efetiva do Diretório no acampamento das políticas públicas.</p>	<p>1 Recursos Humanos (filiados) para acompanhamento. 2 Recursos Financeiros para realização das reuniões com o governo.</p>	<p>4 anos de governo</p>	<p>Comissão nomeada pelo Diretório e Secretário de Formação Política.</p>

PAINEL C- ANÁLISE DE ATORES

A 1.1- Exigir dos agentes públicos de plantão o cumprimento da lei de acesso a informação, assumindo compromisso com a transparência dos gastos públicos.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Presidente do Diretório	Recursos Humanos liderança e Representatividade do PT	Pouco Interessado na causa, ou acordo com o Governante.	Protagonista no fomento da participação e mobilização partidária e social.	Se estiver desestimulado ou ter acordos com o governo pode desestimular a participação dos filiados e sociedade.	Motiva-lo a concluir essa tarefa e apoia-lo nas mudanças necessárias para alteração do quadro atual. Explicitar a importância da transparência como um direito da sociedade.
Filiados	Poder de Voto e mobilização	Falta de interesse pelos gastos públicos.	Indicando mudanças e ações de propagação da política.	Baixa presença nas atividades e tarefas combinadas.	Sensibilização dos filiados, formação política.
Sociedade Civil	Mobilização, participação e protestos.	Necessidade de ter lideranças, pouca altivez, timidez na ação política	Pressionando por leis, ética na condução da coisa pública.	Ser indiferente em relação a transparência, não participar dos espaços abertos a transparência.	Educação, cultura, criatividade para educar a população a dedicar parte do seu tempo para o coletivo

A 1.2- Fazer junto ao governo uma ação efetiva em busca da transparência dos gastos, como um direito do cidadão e não um privilégio de alguns governos.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Presidente Diretório	Humanos filiados	Recursos limitados, falta de interesse em disciplinar suas atividades.	Montar setorial de acompanhamento dos gastos públicos e ações de mobilização.	Não mobilizar o Partido pela causa da acessibilidade das informações.	Conscientiza-lo sobre a importância da política para sociedade.
Prefeito Eleito	Financeiros, Humanos	Falta de capacidade técnica e política e vontade de elaborar a projeto.	Com a mobilização dos setores da prefeitura na construção da política e autonomia para Secretaria de Comunicação.	Não colocar o plano de governo em relação ao tema em execução. Descumprir os compromissos com assumidos.	Estimular as reuniões das secretarias informando a importância das informações públicas.
Secretário de Comunicação	Financeiros/Humanos	Recursos limitados e falta de equipamentos.	Local para reuniões, gasto com publicação das peças do pre projeto	Não alocar recursos e assessorar nos custos	Estimular o secretário a realizar as políticas de implantação da acessibilidade total das informações como direito da sociedade.

A 2.1- Não permitir a entrada de aventureiros no partido, fortalecendo a formação política de candidatos ao ingresso, como forma para evitarmos e inibirmos problemas e constrangimentos futuros.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Diretório	Humanos filiados e militantes	Não fazer formação política, aceitar filiações pragmáticas de pessoas não simpatizantes das nossas bandeiras.	Criar regras de ingresso no partido, como exigência de participação de cursos de formação. Selecionar melhor os ingressos no PT.	Campanha de filiação em massa, sem formação. Crescimento do PT sem qualidade, e critérios, deixar a porta muito aberta.	Conscientiza-lo sobre a importância formação para os novos filiados, da discussão dos nomes a serem filiados.

A 2.2-Colocar no Regimento ou Estatuto que o eleito será obrigado a cumprir ORÇAMENTO PARTICIPATIVO como a principal bandeira do seu plano de governo.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Presidente Diretório	Humanos filiados	Omissão e falta de compromisso com OP, ser parceiro do Governo.	Convencer o Candidato e os filiados sobre a importância do OP.	Não acreditar na participação Popular.	Conscientiza-lo sobre a importância da participação popular nas decisões de governo como forma emancipadora da população
Prefeito Eleito	Financeiros, Humanos e estrutura do Estado	Não cumprir as Normas partidárias estabelecidas e plano de governo.	Implantar o OP, mobilizar a estrutura de governo para fomentar essa política.	Não cumprir o OP.	Mobilizar o partido e a sociedade civil e sensibilizar o Prefeito a cumprir o OP.

A 3.1- Exigir do candidato Petista um documento junto ao Diretório, assumindo compromisso com a transparência dos gastos públicos e as bandeiras do PT.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Presidente Diretório	Humanos filiados e simpatizantes	Omissão ou falta de vontade de fazer o enfrentamento necessário.	Fazer cumprir o Estatuto, e documentos elaborados pelo Diretório Municipal.	Deixar de fazer as ações necessárias para penalização dos erros.	Colaborar com o Presidente na questão de confeccionar do documento, instiga-lo a cumprir as normas em caso de desvios de conduta.
Secretaria de Formação Política do Diretório.	Humanos filiados e simpatizantes e financeiros para formação	Não realizar cursos sobre as obrigações assumidas juntas ao PT, seus documentos e bandeiras.	Cumprir seu papel de formador político, Realizar os eventos e os cursos de formação política. Ajudar a fazer os documentos de compromisso com as bandeiras partidárias.	Não mobilizar o Partido para a formação política, deixar de realizar os cursos e ser indiferente se estão preparados para defender nossa ideologia.	Cobrar ações efetivas e ajuda-lo na realização dos cursos, aprovar orçamento dentro do diretório para a secretaria fazer esse papel fundamental para o recém filiado.

A 3.2- Embasar decisões políticas programáticas, com a implementação de políticas progressistas, sociais, de esquerda já no plano de governo e exigir cumprimentos.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Presidente Diretório	Humanos filiados	Recursos limitados, falta de interesse em discussão do papel do PT na sociedade e com se juntar na correlação de forças municipais	Fomentar a discussão do o PT quer para sociedade, gerar setoriais para discutir planos de atuação partidária e planos de governo com ideário de esquerda e progressista.	Não mobilizar o Partido, somente em época de eleições, fazer as coisas com centralização de poder na executiva sem a participação da maioria dos filiados.	Ajudar o Presidente a formar um plano de ação partidária, com formação de cursos, discussões, setoriais, projetos e programas voltados a participação dos filiados na construção das politicas que queremos implantar no município. Auxiliar o Presidente no enfrentamento do governo quando este não respeitar as decisões partidárias.
Prefeito	Humanos, financeiro e maquina publica.	Se encantar pelo poder e mudar o rumo de ação depois de eleito, não colocar no orçamento os	Mobilizar junto com o PT para realizar uma estratégia de implantação das politicas progressistas e	Não mobilizar o Partido, na defesa do governo e das politicas progressistas, tratar o partido	Ajudar o Prefeito na implantação das politicas públicas, sejam com quadros do Partido participando do governo, seja na mobilização dos movimentos sociais que defendem nossas politicas. Articular partidos que acreditam e participam do

		programas e projetos definidos no plano de governo.	também no enfrentamento das resistências. Cumprir as políticas já debatidas pelo partido.	com indiferença. Abandonar a base social, não dialogar com a sociedade e movimentos sociais	governo. Cobrar sempre a implantação destas políticas. Provocar a sociedade na participação popular e acesso as informações publicas.
--	--	---	---	---	---

A 3.3- Fiscalizar ações e tomar providência com uma comissão de ética realmente ativa, rígida e soberana.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
Presidente Diretório	Humanos filiados	Recursos limitados, principalmente quando lideranças vão para o governo. Estar no governo.	Criar uma comissão de acompanhamento do governo, com dialogo permanente entre o Partido e Governo, fiscalizando ações governamentais.	Não mobilizar o Partido na defesa das politicas defendidas pelo partido e dificultar a fiscalização em caso de ter alguma investigação de desvio de conduta.	Cobrar a implantação do setorial de acompanhamento do governo, ajudar a defender junto a sociedade e pauta progressista vencedora nas eleições.

Painel D: Análise de Riscos e Fragilidades.

Perguntas Orientadoras	Análise da equipe
<p>1. As ações propostas para equacionar os Nós críticos podem gerar efeitos indesejáveis?</p>	<p>Sim, com o confronto com interesses no Diretório, foi o que aconteceu em Santa Cruz das Palmeiras, os companheiros foram para o governo e a outros assumiram o controle partidário, com a implantação da ideologia governo é governo e partido é partido, o confronto foi inevitável e governo patinou e o Partido acabou fazendo oposição ao seu próprio governo. Desastre total, falta de dialogo e convergência, resultado perderam o governo e dificilmente retornaram.</p>
<p>2. Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?</p>	<p>Jurídico falta de legislação específicas sobre as políticas de participação pública; técnicos, falta de pessoas Capacitadas para a elaboração das políticas progressistas e de esquerda principalmente o OP, pouco compromisso político dos governantes em dividir o poder de decisão com a sociedade. Falta de interesse da sociedade em participar.</p>
<p>3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?</p>	<p>Baixa participação da sociedade e a desinteresse dos políticos em criar essa política, confronto de interesse do patrimonialismo; Costume de Concentração de poder.</p> <p>Conscientização da sociedade, enfrentamento da mídia manipuladora e da classe dominante com mudança dos hábitos atuais de administração pública.</p>
<p>4. O que pode ser feito para</p>	<p>Formação política, construir um</p>

<p>garantir a implementação das ações propostas?</p>	<p>partido com filiados conscientes do que defendemos e nossa ideologia, garantir nos documentos e normas partidárias o compromisso do governo eleito cumprir o plano de governo já construído pelo PT, e mobilizar a sociedade para a importância das políticas progressista e esquerda para uma administração participativa onde cada vez mais voltada aos anseios do povo e menos capitalista.</p>
<p>5. Os recursos disponíveis são suficientes?</p>	<p>São, o que estamos propondo é uma inversão de valores e pensamento sobre administração pública, não demanda tantos recursos financeiros, demanda mais recursos humanos, que na Prefeitura tem, o que precisam mesmo é ter vontade política e prioridade nas ações, esse é o principal recurso o ideológico e visionário, o governo enfrentar as dificuldades de ser esquerda numa sociedade conservadora; e principalmente dividir o poder de decisão das políticas públicas com o povo, só assim o interesse da população vai aumentar em relação a administração pública.</p>

Conclusão

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, apresenta o estudo sobre um problema que acontece provavelmente em varias Prefeituras do Brasil.

Primeiramente porque não é comum a Implantação do OP (Orçamento Participativo) por todas as cidades do Brasil.

Somente Prefeituras já governadas por Prefeitos de esquerda implantaram o OP.

O patrimonialismo presente na sociedade e nos políticos brasileiros dificulta a implantação deste importante mecanismo de decisão dos gastos públicos com a sociedade.

A imprensa na ânsia de manter sua manipulação dos dados em informações para sociedade, não apoiam a acessibilidade dos dados pela população para manter assim os acordos espúrios das noticias, o que será filtrado ou não. Bem como de qual forma deverá ser dada a noticia a população.

A forma política de direita normalmente não gosta de dividir poder com outros, fazem a coisa publica como se fosse de iniciativa privada, muitas vezes se deixam influenciar pelas demandas da sociedade que também fazem uso da pratica do clientelismo para atender seus problemas particulares.

A mudança dessa realidade somente será por confronto aos partidos de direita e a mídia manipuladora, além da sensibilização e apoderamento da sociedade sobre a importância da Lei de Acesso a Informação, bem como valorizarem a importância da participação nas decisões publicas.

O Partido sozinho não fará esse milagre, porem tem mecanismos como citado nas varias atividades proposta pelo presente estudo, que podemos mudar essa realidade, fazendo formação politica aos filiados e simpatizantes, mobilização da sociedade pelas bandeiras elencadas, para que possamos sempre que ganhar as eleições nos esforçarmos na implementação e efetivação do Orçamento Participativo.

Essa é uma realidade não só em Santa Cruz das Palmeiras, como em outras cidades do Brasil.

Cursos como esse animam a esperança de ter mundo diferente, e os ensinamentos da metodologia como fazer é um alento a desesperança na classe politica.

Fontes:

Aulas 5. do Curso de Especialização – Estado, Políticas Públicas e Gestão de Entidades da Sociedade Civil.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

Acesso em 12/05.2016

http://www.projetopedagogicosdinamicos.com/frases_freire.html

Acesso em 13/05/2016

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm

Acesso em 13/05/2016

Bibliografia

COSTA, G.; DAGNINO, R. (Orgs). Avaliação Governamental e Opinião Pública

Comunicação e Gestão pública / Greiner Costa (org.) Campinas, SP : Editora Alínea, 2015